



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

Aracaju - SE, 25/2 a 3 de março de 2013, Ano XXX, Edição 1559

ACP

Futuro dos mercados públicos está nas mãos do Judiciário

MPE quer interdição por falta de condições de funcionamento

Níura Belfort
cadernom@cinform.com.br

■ “Tá errado. Como é que a gente vai viver? Pedindo esmola?”. A reação é de uma comerciante do Mercado Albano Franco, que teme se identificar, diante da possibilidade de ver o espaço público interditado, caso a Justiça acate o pedido de suspensão das atividades comerciais nos três mercados de Aracaju - o Albano Franco, o Thales Ferraz e o Antônio Franco -, feito pelo Ministério Público do Estado - MPE. “Eles deviam se preocupar com a marginalidade e o tráfico de drogas fora dos mercados”, argumenta.

Assim como essa comerciante, outros feirantes dos mercados também são contrários à interdição. Miron Silveira, por exemplo, considera que o fechamento vai gerar problemas para os comerciantes e consumidores. “Os mercados precisam de uma boa reforma e de limpeza mais frequente, só isso”, avalia.

O feirante Osvaldo da Mota salienta que até os turistas elogiam os mercados. “Não devia fechar de jeito nenhum. Não há necessidade disso. Dá para fazer uma reforma sem precisar parar tudo”, diz. Ele lembra, ainda, que não há um espaço tão amplo, em Aracaju, capaz de comportar todos os comerciantes dos mercados.



Ana Lícia Menezes

Miron: “Mercados precisam de reforma e limpeza”

“Para aonde a gente iria?”, questiona.

LAUDOS

Essa é uma pergunta ainda sem resposta e tudo vai depender do julgamento da Justiça. Se o juiz acatar os argumentos do Ministério Público de que as condições para o comércio de alimentos são inadequadas e não há projetos preventivos de combate a incêndio nos mercados, caberá à Prefeitura de Aracaju decidir onde os feirantes seriam acomodados.

Por enquanto, resta aguardar um posicionamento do Judiciário em relação à Ação Civil Pública - ACP - ajuizada pela Promotoria da Justiça da De-

fesa do Consumidor do MPE. A ação, movida pelo promotor Daniel Carneiro Duarte, foi embasada em laudos de vistorias realizadas pelo Corpo de Bombeiros - CB -, Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema - e Vigilância Sanitária Municipal - Visa.

“A situação não pode continuar. A falta de higiene na comercialização de produtos coloca em risco a saúde da população consumidora, sem esquecer o perigo à integridade física e à vida das pessoas que ali trabalham e frequentam, diante do iminente risco de incêndio”, diz o promotor. Para evitar o fechamento dos mercados, a direção da Empresa Municipal

dos Serviços Urbanos - Emsurb - fez uma vistoria nos espaços públicos semana passada.

ADAPTAÇÃO

Silvana Gomes, gerente de Abastecimento da empresa, garante que serão adotadas medidas no sentido de adaptar os mercados às exigências do MPE. “O que nós pudermos fazer, faremos. O que não for possível, nós vamos contratar empresas para que o façam, mas isso não pode ser feito tudo em uma semana”, afirma. A meta do município é evitar o fechamento dos 2.381 pontos ativos dos três mercados, de onde milhares de famílias tiram o sustento delas.

A gerente garante que os espaços são desratizados e detetizados a cada dois meses, e uma equipe de 82 pessoas faz lavagens diárias e semanais para garantir a limpeza. “Mas precisamos também da cooperação dos comerciantes e dos consumidores para manter o ambiente limpo”, enfatiza. Silvana admite, no entanto, que a brigada de incêndio foi desativada porque algumas pessoas deixaram o mercado. Ela assegura que um novo grupo será criado para atuar em caso de necessidade.

[>] COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br